

Mensuração dos custos de transação na composição dos custos totais do ponto de açaí

Recebimento dos originais: 27/04/2020
Aceitação para publicação: 27/06/2021

José Luiz Nunes Fernandes

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA da Universidade Federal do Pará
Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo- USP
Professor adjunto da Universidade Federal do Pará – UFPA
Av. Tropical s/n – Residencial Oasis, Alameda Beija Flor, 33, Guanabara, Ananindeua/PA.
CEP : 67.110-040
E-mail: jluiz@ufpa.br

Bárbara Ádria Oliveira Farias Fernandes

Doutora em Administração pela Universidade da Amazônia – UNAMA
Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade da Amazônia – UNAMA.
Mestre em Administração USCS/SP
Professora da Universidade Norte do Paraná – UNOPAR
Av. Tropical s/n – Residencial Oasis, Alameda Beija Flor, 33, Guanabara, Ananindeua/PA.
CEP: 67.110-040
E-mail barbaraadria@yahoo.com.br

Cyntia Meireles Martins

Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal de Viçosa
Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade da Amazônia–
PPAD/UNAMA
Tv. Vileta, nº 2198, Ed. Rio Mondego, Apto 304, Marco, Belém/PA. CEP: 66093-345
E-mail: cyntiamei@hotmail.com

João Carvalho Lobo Neto

Mestrando PPGE/Universidade Federal do Pará- UFPA
Professor da FACICON/ e Universidade Federal do Pará - UFPA
Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, Belém, PA, Brasil. CEP 66.075-110
E-mail: lobocontabil@yahoo.com.br.

Danilo Araújo Fernandes

Doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da
Universidade Federal do Pará
Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico
Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos- NAEA da Universidade Federal do Pará
Av. Perimetral, s/n, bairro: Guamá, Belém Pará, Brasil, CEP: 66077-901
E-mail: danfernandes2@hotmail.com

Resumo

O segmento do agronegócio na região norte do Brasil e especialmente no Estado do Pará envolve cifras anuais em torno de US\$ 700 milhões. Tradicionalmente, os custos são apurados quando considerados os fatores endógenos às entidades econômicas, estes denominados de custos de produção. A literatura aponta que na composição dos custos totais existem e devem ser mensurados os custos de transação, porém, essa mensuração é desafiadora e reconhecidamente custosa. Nesse sentido, o objetivo desta pesquisa foi de mensurar o custo de transação e de produção na composição dos custos totais dos pontos de produção e venda de açaí localizados na cidade de Belém, Estado do Pará. A metodologia adotada foi exploratória e neste sentido os gestores dos pontos de venda de açaí foram questionados no propósito de identificar a composição dos custos totais de 1 litro de açaí. A pesquisa obteve o resultado de que cada litro do vinho de açaí produzido tem o custo unitário de R\$ 4,57 para uma produção diária de 100 litros. Este resultado possibilita informações compromissadas com a gestão do ponto, em especial à apuração do ponto de equilíbrio e a fixação do custo padrão.

Palavras-Chave: Mensuração. Custos. Vinho do Açaí. Ponto de Venda do Açaí.

1. Introdução

A jusante da cadeia produtiva do açaí está o ator que transaciona o suco ou vinho, como regra no varejo e com o consumidor final. Esse ator adquire os materiais de produção e os transforma. Na visão interna, a somatória dos fatores de produção compõe o custo de produção, porém essa visão é parcial, pois existem outros custos que devem ser agregados aos custos internos. Esses são os custos de transação.

Com visão endógena à entidade econômica, Martins (2009) explica que custo é o consumo de recursos voltados à produção de bens e serviços, e que ele só ocorre quando os fatores de produção são utilizados no processo produtivo, e os exemplifica: materiais, mão de obra e gastos gerais de fabricação.

Porém, com visão exógena, North (2018) argumenta que os custos totais de produção resultam da somatória dos custos internos ou de produção com os custos externos ou de transação, porém alerta para o fato de que esses custos de transacionar são de caráter custoso quanto a sua mensuração.

A competitividade entre empresas realça a importância de apuração dos custos e, nesse sentido, Martins (2009) reconhece que o conhecimento dos custos é vital para saber se, dado o preço, o produto é rentável, ou se não for rentável, como esses custos poderão ser gerenciado no sentido de reduzi-los sem que a qualidade do produto seja negligenciada.

A relevância dos custos de transação na composição dos custos totais é destacada por Fiani (2011), quando entende que em qualquer processo produtivo existe transações e essas

transações envolvem custos, que são os custos de transação necessários para a produção do bem. Portanto, existem custos de transação em todos os setores da economia, na indústria, no comércio, no sistema financeiro etc.

A visão tradicional contábil de apuração dos custos considera os fatores endógenos quando consumidos na produção dos bens e serviços como: matéria-prima, mão de obra e os gastos gerais de fabricação (MARTINS, 2009). Portanto, essa visão não considera os recursos exógenos à organização e que impactam a apuração dos custos.

Destaca-se o entendimento de Besanto et al. (2006), quando expressam que os custos contábeis não são adequados para a tomada de decisão nas empresas e, nesse sentido, as decisões empresariais exigem medição de custos econômicos. Nesse contexto, Wang (2003), com visão exógena à entidade econômica, expressa que a mensuração dos custos de transação não é tarefa simples e sintetiza os principais métodos de mensuração, entre outros, utilizados por pesquisadores, como: (i) soma dos recursos necessários para localizar possíveis parceiros e para efetivar as transações; (ii) diferença entre o preço pago pelo comprador e o preço recebido pelo vendedor etc.

O entendimento de Arrow (1969) é evidenciado quando o autor expressa que a identificação dos custos de transação em diferentes contextos e sob diferentes sistemas de alocação de recursos deve ser um item importante da agenda de pesquisa voltada à alocação de recursos.

Diante do panorama antes explicitado, aflorou o seguinte problema de pesquisa norteador deste trabalho de investigação acadêmica: Como mensurar os custos de transação na composição dos custos totais do ponto de açaí?

O contexto antes descrito conduz ao propósito do presente artigo, assim, fixa-se como objetivo desta pesquisa mensurar o custo transação na composição dos custos totais do ponto de venda de açaí localizados na cidade de Belém, Estado do Pará. No que diz respeito à importância do açaí para a região, Silva (2017) entende que devido ao seu desempenho como produto para consumo local, especialmente à cidade de Belém, de exportação para outras regiões do Brasil localizadas fora da Amazônia e ainda para outros países, este é atualmente um dos produtos economicamente mais promissores da biodiversidade amazônica.

Não se limitando à importância alimentar, o fruto do açaí é a principal fonte de renda de grande parte dos produtores agrícolas da região norte brasileira, demonstrando sua relevância socioeconômica para o desenvolvimento das famílias ribeirinhas, uma vez que sua extração é uma atividade típica da agricultura familiar (HOMMA, 2006).

Quanto à relevância da pesquisa, realça-se o entendimento de Martins (2009) quando diz que no que tange à decisão, seu papel reveste-se de suma importância, pois consiste na alimentação de informações sobre valores relevantes que dizem respeito às consequências de curto e longo prazo, que poderão impactar o ponto de açaí, em especial sobre medidas de introdução ou corte de produtos, administração de preços de venda, opção de compra ou produção.

Justifica-se a importância da pesquisa ao citar Coase (1988, p. 6) quando diz que “sem o conceito de custos de transação, que está amplamente ausente das atuais teorias econômica é impossível entender o funcionamento do sistema econômico, analisar muitos de seus problemas de uma maneira útil”.

Por outro lado, os autores identificaram e privilegiaram o periódico *Custos e @gronegocio on line*, o qual contribui de forma atual e relevante ao veicular artigos científicos que possibilitam a expansão do conhecimento sob diversas perspectivas e por meio de temáticas inseridas no contexto do agronegócio, em especial, quanto a composição dos custos, como este trabalho voltado para o produtor artesanal e vendedor do vinho de açaí.

Adiciona-se que o desafio da pesquisa é destacado pelos entendimentos de Caleman et al. (2006), quando expressam existir dificuldades de mensuração dos custos de transação no âmbito de agronegócio. Ademais, com o avanço da sociedade e da tecnologia atrelada a esse avanço, a lógica de extrativismo tradicional passou a ter influência do grande capital, empresas nacionais e internacionais, realidade que desencadeou uma remodelagem e reconfiguração na lógica do trabalho e dos trabalhadores do açaí, o que proporcionou amplo campo de pesquisa (RIBEIRO, 2014).

2. Rerencial Teórico

2.1. A Teoria Institucional

O alicerce da Teoria Institucionalista parte inicialmente do pressuposto desenvolvido pela teoria econômica convencional quando admite que somente por meio de mecanismos de mercados é que o sistema econômico é organizado e restringe ao focalizar único tipo particular de mercados, os perfeitamente competitivos (FIANI, 2011).

Reconhece-se que o maior construto da teoria econômica convencional, quando estuda o sistema econômico como um todo, é a Teoria do Equilíbrio Geral, supondo existir mercados para todos os produtos. Assim, é denominada de hipótese de mercados completos e que eles são perfeitamente competitivos. Diante disto, a Teoria do Equilíbrio Geral distorce, como o [Custos e @gronegocio on line](http://www.custoseagronegocioonline.com.br) - v. 17, n. 2, Abr/Jun - 2021.

sistema econômico moderno, ao fazer frente ao seu problema básico e, nesse *gap*, surge a perspectiva do estudo das instituições direcionado ao papel da organização e desenvolvimento do sistema econômico (FIANI, 2011).

Destacam-se os problemas básicos subjacentes a qualquer sistema econômico: (i) como coordenar as atividades que empregam recursos disponíveis; (ii) reduzir conflitos naturalmente gerados pelas atividades econômicas; (iii) busca da promoção de cooperação com o propósito de reduzir de conflitos; (iv) redução de desperdícios por meio da coordenação das atividades econômicas. Nesse *gap* é que as sociedades elaboram regras, ou seja, suas instituições (FIANI, 2011).

Conseqüentemente, o tema central da abordagem moderna da Teoria Econômica prioriza as instituições como centro da operacionalização do sistema econômico, o que possibilita o estudo de como as regras de determinada sociedade impactam à cooperação no sistema econômico e à conseqüente redução ou aumento de conflitos (SUGDEN, 1989).

Diante do contexto anterior, é possível enfatizar que as pessoas são interdependentes e seu bem-estar é afetado por ações recíprocas. Considera-se, também, que as pessoas têm interesses e ações diferentes tendo vasto o campo para conflitos. Deste modo, a coordenação da atividade econômica impacta o resultado dos atores sociais, o que denota necessidade de cooperação, portanto, as instituições propiciam ordem e previsibilidade às transações (SUGDEN, 1989).

Além de tudo, os recursos econômicos envolvidos na produção de bens e serviços não se ajustam sozinhos e, no contexto produtivo como o da produção e venda de açaí, são necessárias as instituições para propiciarem regras para a organização desses fatores produtivos gerando, conseqüentemente, bens e serviços compromissados com o bem-estar da sociedade (SCHMID, 2004).

As instituições podem, ao mesmo tempo, favorecer a cooperação e reduzir conflitos de interesses, ou ainda, inviabilizar as transações necessárias para que os fatores de produção sejam combinados como, por exemplo, aumentar preço da rasa do caroço do açaí e, por conseqüência, aumentar o preço final do produto e, dessa forma, inviabilizar transações (FIANI, 2011).

As instituições são as regras do jogo em uma sociedade, nesse seguimento North (1990) expressa que as instituições são as restrições elaboradas pelos homens e que possibilitam a formatação das relações humanas e, como conseqüência, incentivam intercâmbios políticos, sociais e econômicos. Com entendimento complementar, Furubotn e Richter (1998) entendem uma instituição como as regras formais e informais, a qual também

contempla os arranjos, e que garantem o seu cumprimento. Já Schmid (2004) expõe que as instituições são as relações humanas que estruturam oportunidades por meio de restrições e capacitações.

É de salientar o entendimento de North (2018), quando expressa que as instituições impactam o desempenho econômico por meio do seu efeito sobre os custos de transação e produção e que, juntamente com a tecnologia empregada determinam os custos de transação e de transformação ou produção, haja vista que estes compõem os custos totais de produção. Em conformidade Klein (2000) complementa expressando que o ambiente institucional estabelece a estrutura essencial em que ações humanas e as trocas acontecem, de modo que determina os custos de transação.

2.2. A Teoria dos Custos de Transação (Tct)

O tema voltado à TCT é parte do campo disciplinar da economia das organizações e, por esse motivo, o interesse de estudo é nas firmas e os aspectos voltados à dualidade organizações e competição. A continuidade das firmas também é de interesse da economia das organizações (BARNEY; HESTERLY, 2014).

O campo disciplinar da economia das organizações nos entendimentos de Barney e Hesterly (2014) absorve quatro principais correntes de pesquisa: (i) Economia dos custos de transação; (ii) Teoria da agência; (iii) Administração estratégica; e (iv) Economia da cooperação.

Por outro lado, as instituições são as regras do jogo em uma sociedade. Assim, as instituições conjuntamente com os condicionamentos convencionais concebidos pela teoria econômica determinam as oportunidades em uma sociedade e as organizações são criadas para aproveitar essas oportunidades (NORTH, 2018).

Observa-se o entendimento de North (2018, p. 54) quando aborda a Teoria Institucional e expressa que esta é elaborada a partir de uma teoria do comportamento humano, combinada com a teoria dos custos de transação, e afirma que “as instituições afetam o desempenho da economia mediante o seu efeito sobre os custos de transação e de produção”.

Quanto à Economia dos custos de transação, alvo desta pesquisa, a questão norteadora é: porque as firmas existem? Isso faz sentido, especialmente no contexto da teoria microeconômica neoclássica (BARNEY; HESTERLY, 2014). Para responder esse questionamento que aparentemente é simples, recuaremos no tempo.

As teorias econômicas clássica e neoclássica alicerçadas pelos entendimentos de Adam Smith induzem que o mercado tem habilidade para coordenar a produção e realizar as transações econômicas por um custo muito mais baixo e sem a participação do governo (BARNEY; HESTERLY, 2014).

A ideia norteadora de Smith ao publicar a obra “A Riqueza das Nações” foi de que a “mão invisível” do mercado poderia coordenar um sistema descentralizado de preços. Nesse contexto, Coase (1937) faz o seguinte questionamento: se o mercado é tão eficiente para coordenar transações econômicas, por que ele gerencia todas as transações, de outro modo, por que haveria transações gerenciadas pelas firmas?

Em 1937 Coase publicou o artigo intitulado “The nature of the firm” e respondeu o porquê da existência das firmas ao dizer que a razão da existência das firmas deve-se ao fato de que, as vezes, o custo de gerenciar transações econômicas por meio de mercados é maior do que o custo de gerenciar as transações econômicas dentro dos limites de uma empresa.

No contexto anterior, o custo de usar o sistema de preços envolve atividades tais como a descoberta de quais são os preços, a negociação e renegociação dos contratos, a fiscalização e a resolução de conflitos, ou seja, os custos de transação. Wang (2003) explica que os custos de transação na formulação original de Coase (1937) tratam ao custo de usar os mecanismos de preço, de outra maneira, o custo de realizar uma transação por meio de uma troca com o mercado. A mais duradoura contribuição do artigo de Coase (1937) foi colocar os custos de transação no centro da questão da existência das firmas e sugerir que o mercado e firmas são alternativas para gerenciar transações (BARNEY; HESTERLY, 2014).

Aflora nesse contexto o estudo da Nova Economia Institucional (NEI), a qual pode ser estudada sob dois níveis: (i) ambiente institucional que trata das macro instituições como a legislação que regula um país; e (ii) as instituições de governança que estudam as micro instituições como os regimentos internos de uma empresa (CALEMAN, 2006).

No contexto, os arranjos institucionais surgem como resposta à necessidade de minimização dos custos de transação e de produção e, nesse sentido, a internalização das transações resulta da comparação entre os custos hierárquicos e os burocráticos internos à firma, com os custos via mercado.

Na evolução da pesquisa destaca-se a resposta de Williamson (1975) para a existência das firmas como o núcleo da TCT. Assim, Williamson (1975) diz que tanto o mercado como as hierarquias são instrumentos alternativos, complementares e não excludentes para um conjunto de transações. E esses, mercados e hierarquias, são denominados de “mecanismos de governança”.

Destaca-se que a governança de mercado depende dos preços, da competição e dos contratos e, por outro lado, as formas hierárquicas de governança reúnem as partes para uma transação sob o controle direto de terceiros. Nesse contexto, essa autoridade envida esforços para manter os atores envolvidos numa transação informados de seus direitos e obrigações (WILLIAMSON, 1975).

A Teoria dos Custos de Transação (TCT) é considerada um apêndice da Nova Economia Institucional (NEI). Nesse sentido, Williamson (1985) explicou e diferenciou de outras teorias que estudam a economia das organizações ao apontar: (i) seu caráter micro analítico; (ii) ao incorporar os pressupostos comportamentais; (iii) ao considerar relevantes os investimentos em ativos específicos e; (iv) reconhecer a firma uma estrutura de governança, e não mera função de produção (CALEMAN et al., 2006).

Os atores econômicos envolvidos em transações, sob os preceitos da TCT, podem incorrer em dois pressupostos comportamentais: (i) a racionalidade limitada e; (ii) o oportunismo. Quanto à racionalidade limitada, esta significa que aqueles que estão envolvidos nas transações econômicas são intencionalmente racionais, mas apenas de modo limitado. Já o oportunismo, este inclui mentir, roubar e trapacear, revelação incompleta ou distorcida de informações com o sentido de enganar, alterar, disfarçar, ofuscar e confundir parceiros numa transação (WILLIAMSON, 1975).

Os pressupostos comportamentais antes expressos podem ser mitigados pela forma de governança, se de mercado ou hierárquica. Nesse contexto, Barney e Hesterly (2014) explicam que a governança das transações econômicas é onerosa e os mercados têm custos fixos mais baixos comparados com a forma de governança hierárquica.

Por outro lado, se a estrutura de governança de mercado permitir que os participantes realizem trocas que reduzam os problemas originados pela racionalidade limitada e o oportunismo, nesse caso, o mercado será preferível à hierarquia como forma de governança. Porém, se o mercado não resolver os problemas dos pressupostos comportamentais das transações, nesse caso, as estruturas hierárquicas de governança, embora mais caras, deverão ser envidadas (BARNEY; HESTERLY, 2014).

Destaca-se que a identificação da melhor forma de governança, mercado ou hierarquia induz para que à medida que os custos de mensuração de um atributo declinam, maior número de atividades será conduzido pelo mercado e, conseqüentemente, menor quantidade de atividades será desenvolvida dentro da firma (BARZEL, 2002).

Observa-se que a sociedade é composta por conjunto de instituições, nesse sentido, North (2018) entende que as instituições são as regras do jogo em uma sociedade e nessa

dinâmica regulam o intercâmbio humano, sejam eles políticos, sociais ou econômicos. As instituições afetam o desempenho econômico em decorrência do seu efeito sobre os custos de transação e produção, e juntamente com a tecnologia presente, as instituições determinam os custos de transação e de produção, os quais compõem os custos totais (NORTH, 2018).

Como extensão do pensamento de Coase (1937) antes desenvolvido, é o desafio da mensuração ou medição que explica a existência das firmas. Nesse sentido, Alchian e Demsetz (1972) entendem que os problemas de mensuração são função das equipes de produção; ademais os processos produtivos, além da complexidade, a produção em equipe produz mais cooperação do que a produção com atuação isolada. O entendimento de North (2018, p. 33) é de que “o problema teórico fundamental que subjaz à questão da cooperação é a maneira pela qual os indivíduos obtêm conhecimento sobre as preferências e o comportamento provável uns dos outros”.

Identifica-se ainda os entendimentos de Benham e Benham (2001), os quais levantam o desafio de que, quando os indivíduos escolhem obter um bem ou buscar uma meta, os preços relevantes que enfrentam são os custos de oportunidade completos de suas escolhas. Estes, os custos de oportunidade incorporam não apenas o preço em dinheiro do bem, mas também o custos de transação para obter o bem.

Em entendimento complementar, Besanko et al. (2006, p. 43) exteriorizam a fragilidade do custo apurado sobre os preceitos contábeis quando expressa “os custos que aparecem em demonstrações contábeis não são necessariamente adequados para a tomada de decisões em uma empresa. As decisões empresariais exigem a medição dos custos econômicos, que se baseiam no conceito de custo de oportunidade”

Por outro lado, a TCT considera três os atributos das transações (WILLIAMSON, 1985): (i) frequência que está relacionada com a recorrência das transações; (ii) o grau de incerteza a que as transações estão sujeitas; (iii) especificidades dos ativos a qual está relacionada aos custos advindos da não possibilidade de alocação alternativo daquele ativo em outra transação qualquer. A expressão de Azevedo (1996) é de que a especificação do ativo é o atributo mais relevante para o estudo das estruturas de governança. Williamson (1996) também diz que dentre os atributos, o investimento em ativo específico tem papel relevante. Essa característica está voltada para as especificações técnicas, competência dos recursos humanos e a localização dos referidos ativos tangíveis.

Por oportuno, Barney e Hesterly (2014) dizem que quanto maior for o valor investido em um ativo específico e as transações dele decorrentes, maior será a ameaça do oportunismo. Um ativo específico também possibilita que uma transação seja realizada de forma particular,

e esta especificidade reduz as alternativas de fornecimento, já que apenas alguns produtores são capazes de ofertar um dado produto ou seus substitutos próximos (GROVER; MALHORTA, 2003).

Fiani (2011) explica que todo e qualquer processo produtivo envolve transações e exemplifica que para produzir qualquer bem será necessário consumir materiais, contratar mão de obra, reconhecer a depreciação de máquinas, consumo de energia etc. E o bem depois de acabado será ainda necessário contratar distribuidores, transportadoras e essas contratações envolvem custos e esses são os custos de transação necessários a produção do bem. Assim, nos entendimentos de North (2018), ao considerar que os custos de transação fazem parte dos custos de produção, precisa-se de um novo quadro analítico microeconômico. A Figura 1 em seguida demonstra sinteticamente a composição do custos totais no ponto de venda do açai.

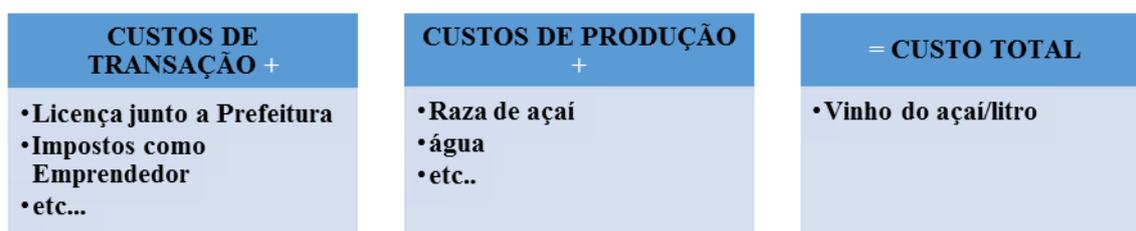


Figura 1: Composição do custos totais no ponto de venda do açai

Fonte: Elaborado pelos autores, 2019.

Nesse cenário Coleman et al. (2006) alertam para o fato que a mensuração dos custos de transação é desafiadora tarefa, dada a complexidade dos conceitos envolvidos e o efeito sinérgico entre os custos de transação, os custos de produção e o ambiente institucional. Destaca-se ainda que algumas críticas à Nova Economia Institucional (NEI) estão nos fatos da aparente dificuldade de mensurar os custos de transação (ZYLBERSZTAJN; GRAÇA, 2002).

2.2.1 Mensuração dos custos de transação

Evidencia-se o trabalho precursor desenvolvido por Wallis e North (1986), referente à análise dos valores dos custos de transação construída nos Estados Unidos no período de 1870 a 1970 (BENHAM; BENHAM, 1998). Identifica-se também pesquisa envidada por Zylbersztajn e Graça (2002) a qual buscaram apurar o custo de abertura de novas firmas no setor de confecções no Brasil. O trabalho de Benham e Benham (2004) também se destaca quando a proposta fora mensurar o custo de transação a partir do custo de oportunidade.

Ao desenvolver os estudos dos mecanismos de governança, Williamson (1996) reconhece ser difícil a efetiva mensuração dos custos de transação. Nesse contexto, o desafio da mensuração dos custos de transação é destacado também por Zylbersztajn e Graça (2002),

quando entendem que a mensuração dos custos de transação representa um *gap* na TCT ao identificar a dificuldade de efetivamente levantar os custos de uma transação, abre-se, a partir da “Teoria dos Custos de Mensuração – (TCM)”, um campo de estudo que diz respeito ao desenvolvimento de modelos teóricos complementares à TCT.

Entende-se assim que a TCM representa apêndice à teoria maior denominada de TCT e nesse sentido Zylbersztajn e Graça (2002, p. 22) afirmam que a “Teoria dos Custos de Mensuração”, dá origem a um conjunto de implicações nos tradicionais conceitos da TCT, principalmente nos relativos à convicção de que os ativos específicos são fatores de maior impacto na escolha do mecanismo de governança.

Os desafios da mensuração dos custos de transação são destacadas por Benham e Benham (2004) quando expressam: (i) o próprio termo “custos de transação” não apresenta uma terminologia padrão, mas diferentes definições de acordo com a orientação teórica adotada pelo autor; (ii) a estimação dos custos de transação é complexa, na medida em que fica difícil separar os custos de produção dos de transação, pois ambos são determinados em conjunto; (iii) apesar de serem consideradas equivalentes as condições de transação, as instituições envolvidas, as redes de contatos individuais, a habilidade de negociação, o capital social e a confiança desenvolvida entre os agentes, as questões étnicas, entre outros fatores, podem conferir custos diferentes a uma mesma transação.

Registra-se que Williamson (1996) reitera que, apesar dos avanços no conceito de custos de transação, a mensuração destes é ainda difícil, deficiência suprida, em parte, pela análise comparativa entre os diferentes modos de governança. Em conformidade Fiani (2011) entende que o problema da mensuração dos custos de transação, como qualquer problema de mensuração, não é simples.

Inobstante as dificuldades antes apresentadas, a mensuração dos custos de transação torna-se relevante na medida em que permite estudos específicos sobre impacto gerado pelas mudanças institucionais, definição e garantia dos direitos de propriedade, além dos ganhos da firma com a escolha das melhores opções estratégicas (ZYLBERSZTAJN, 2003). Nesse contexto, merece citação o destaque expresso por Wang (2003) quando evidencia a frase de autoria de Lord Kelvin inscrita no edifício de Ciências Sociais da Universidade de Chicago: “Quando você não pode medir, seu conhecimento é escasso e insatisfatório”.

Os entendimentos de Wang (2003), ao citar Coase (1937, 1961) sobre a mensuração dos custos de transação, diz que os mecanismos de preço devem ser usados ou ainda, a mensuração dos custos de transação deve ser por meio de troca em mercado. No contexto destaca-se Barzel (1982), quando enfatiza que os indivíduos somente fazem trocas ao

perceber que aquilo que recebem tem maior valor do que aquilo que é oferecido; assim, os atributos dos produtos comercializados precisam ser mensurados para garantir uma percepção adequada.

Por outro lado, os principais fatores que contribuem para a formação de diferentes arranjos institucionais dizem respeito: (i) à possibilidade de mensurar os diversos atributos de um produto; (ii) ao custo da formação de relações de longo prazo; (iii) à qualidade do contrato imposto pelo estado e (iv) ao número de agentes por quais passam esta informação. Ademais, as transações cujos atributos são mensuráveis podem ser governadas por contratos, enquanto as que envolvem componentes mais subjetivos e de difícil mensuração são sustentadas pelas relações de longo prazo (BARZEL, 2002).

A abordagem de mensuração do custo de transação proposta por Collins e Fabozzi (1991) destaca que os custos de transação são iguais aos custos fixos adicionados aos custos variáveis. Já os custos fixos são as comissões somadas às taxas de transferência e impostos; os custos variáveis são os custos de execução acrescidos dos custos de oportunidade.

Collins e Fabozzi (1991), também explicam que os custos de execução impactam o preço e também devem ser considerados os custos de *timing* no mercado. Eles se referem ao movimento no preço de um ativo no momento de uma transação que possa ser atribuída a outros participantes do mercado, como por exemplo, o preço da rasa do açaí em momento de safra e em outro momento como o entre safra.

Já os custos de oportunidade, esses são iguais aos resultados desejados acrescidos dos retornos reais, mais custos de execução somado aos custos fixos. Em adição, os custos de execução surgem da demanda por execução imediata e refletem tanto a demanda por liquidez e atividade empresarial. Ademais Wang (2003) infere que o importante não é a quantidade absoluta de custos de transação, mas a relativa classificação dos custos de transação associados a diferentes opções organizacionais ou contratuais.

Fiani (2011) sintetiza os principais métodos de mensuração dos custos de transação apresentados nos estudos de Wang (2003): (i) soma do valor dos recursos necessários para localizar possíveis parceiros e para efetivar as transações; (ii) diferença entre o preço pago pelo comprador e o preço recebido pelo vendedor; (iii) custos de negociação e da garantia da transação; (iv) custos da regulamentação pelo governo etc.

Ao sintetizar os diversos métodos de mensuração dos custos de transação, Fiani (2011) entende que a mensuração direta é de difícil execução, mas é possível medir os custos do setor que se desenvolve nas economias modernas, e assim abre oportunidade teórica de mensurar os custos de transação de um ponto de açaí.

Fiani (2011, p. 61), ao se manifestar novamente sobre os métodos de mensuração apresentados por Wang (2003), diz que “na verdade, todos esses métodos de cálculo dos custos de transação captam um aspecto diferente das atividades relacionadas a esses custos, que consistem, afinal de contas, nos custos de coordenar a atividade econômica”.

Observa-se por derradeiro que a flexibilidade na escolha do mecanismo de governança, ou seja, a mais adequada forma de coordenação, poderá ser alterada, no caso de os atributos se tornarem mais facilmente mensuráveis, quer haja reputação entre os agentes, quer desenvolva a padronização dos produtos (ZYLBERSZTAJN et al., 2005).

3. Processo Metodológico

Com base na teoria que alicerça essa pesquisa, buscou-se identificar como os recursos consumidos são classificados e, de forma especial, os custos de transação na composição dos custos totais de 1 litro do vinho produzido no ponto de produção e venda do açaí.

Ademais, com o propósito de proporcionar maior familiaridade com o problema e com vista a torna-lo mais explícito em relação aos objetivos mais gerais (GIL, 2010), esta pesquisa é classificada como exploratória, pois questionou-se gestores de pontos de açaí da grande Belém, capital do Estado do Pará, no sentido de buscar dados possíveis de mensurar os custos de transação e os custos de produção.

Quanto à pesquisa exploratória que alicerça essa investigação, Selltitz et al. (1967) esclarecem que esta, além do planejamento ser flexível, pois consideram os mais variados aspectos relativos aos fenômenos estudados (custo de transação, custo de transformação e o batedor do açaí), e a coleta de dados geralmente envolve: (i) levantamento bibliográfico; (ii) questionar pessoas possuidoras de conhecimentos práticos sobre o assunto; (iii) análise das respostas para compreender melhor o que foi pesquisado.

Trata-se também de pesquisa qualitativa, pois ocorreu no ambiente natural dos pesquisados, qual seja, o ponto de produção e venda de açaí, empregou o questionário como instrumento de coleta de dados, foi indutiva, teve como base os significados dos participantes, e é emergente, já que pesquisa sobre os custos de transação e produção nos pontos de venda de açaí não se encontra na literatura, envolveu uso de uma lente teórica, foi interpretativa e holística (CRESWELL, 2010).

Ressalta-se a inicial desconfiança por parte dos batedores quanto as informações propiciadas. Os gestores dos referidos pontos pediram que não fossem revelados nem a localização dos estabelecimentos, nem os nomes de fantasia adotados, sob o argumento de

que os concorrentes e as autoridades fiscais não devem obter essas informações. Observou-se que ao propalar que essas confidencialidades seriam acatadas, tais gestores ficaram mais à vontade para participar da pesquisa, ademais observou-se que os mesmos atuam sob os mais diversos nomes de fantasia.

Os questionários foram passados aos batedores de açaí nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2019 atuantes do bairro do Guamá – Belém - Pará, momento que prenunciava entrada de período de entressafra do fruto, pois as primeiras chuvas sinalizavam o início do inverno na Amazônia brasileira. Questionou-se 15 batedores e foi possível observar que, a partir do 12 batedor as respostas se repetiam de modo que já não contribuíam com novos dados.

Os questionamentos devidamente estruturados foram divididos em três momentos: (i) dados preliminares e gerais, em que se perguntou sobre a titularidade da propriedade do ponto do açaí, idade, estado civil, tempo de exercício de atividades etc.; (ii) consumo de recursos endógenos, como quantas rasas de açaí são consumidas diariamente, custo de aquisição e origem do fornecedor, quantos litros se produz por rasa etc.; (iii) consumo de recursos exógenos como o valor anual pago para licença da atividade; imposto pago como microempreendedor individual quando for o caso, valor pago para descartar os caroços do açaí etc.

4. Análise dos Resultados

Nesta fase da pesquisa, os dados serão interpretados por meio de estabelecimento da ligação entre os resultados obtidos com outros já conhecidos, quer derivados de teorias, quer sejam estudos realizados anteriormente (GIL, 2010).

4.1. Dados preliminares

Em relação ao primeiro grupo de pesquisa, qual seja, os dados preliminares e gerais, foi possível depreender que em todos os casos os batedores são proprietários do ponto e moram no mesmo lugar onde ocorre a atividade, possuem rendimento líquido mensal em torno de R\$ 8.000,00 e caso fossem pagar pelo aluguel o valor seria em torno de R\$ 1.000,00. Estes exercem atividades há mais de uma década e trabalham com até dois colaboradores, ademais, trabalham ininterruptamente os 30 dias do mês.

Esses achados estão em concordância com a pesquisa realizada por Ribeiro (2016), especialmente quando este descreve as atividades cotidianas dos batedores de açaí. Em sintonia também estão em relação ao trabalho de Araújo (2017) quando este descreve a atuação dos batedores de açaí atuantes na região metropolitana de Belém.

4.2. Consumo de recursos endógenos

O segundo grupo de perguntas, voltado ao consumo de recursos endógenos, é possível destacar que os batedores adquirem em média 5 rasas de açaí por dia e pelo preço médio de R\$ 50,00, preço este que aumenta na fase chuvosa em virtude da escassez da oferta do fruto, a origem dos fornecedores prepondera a Feira do Açaí e eles pagam frete diário, que fica em torno de R\$ 20,00, para que as rasas sejam transportadas até seus estabelecimentos. Ademais, uma rasa produz aproximadamente, dependendo da qualidade do fruto, em torno de 20 litros, e que a produção do açaí é em torno de 100 litros por dia, enquanto a diária dos batedores e auxiliares gira em torno de R\$ 80,00. Quanto ao valor da conta de consumo de água, esta gira em torno de R\$ 400,00, e de energia elétrica, R\$ 800,00. Que a máquina batedeira foi adquirida por aproximadamente R\$ 2.000,00 e a vida útil é de aproximadamente 8 anos e a média é de duas máquinas por ponto.

Quanto aos plásticos consumidos diariamente no acondicionamento do vinho, somam R\$ 8,00, além de que o consumo do material de higienização do ponto gira em torno de R\$ 200,00 por mês, ademais, os valores uniformes desembolsados são de R\$ 80,00 e duram aproximadamente 6 meses, e que o valor desembolsado com as luvas por caixa de 10 unidades a cada três dias é de R\$ 10,00. Por fim, o preço médio praticado na venda do açaí no momento da coleta dos dados era de R\$ 15,00 com sinalização de acréscimo face à aproximação do inverno amazônico.

Ainda em relação aos recursos endógenos, os três batedores pesquisados se declaram possuidores de móveis e utensílios utilizados na produção do vinho de açaí, como pequenas mesas, cadeiras, televisão para entreter o cliente, um até declarou que o espaço de venda é refrigerado, o que foi devidamente constatado, e que esses valores estão em torno de R\$ 5.000,00. Ao resgatar a teoria subjacente ao consumo dos recursos endógenos destaca-se Araújo (2017) quando versa sobre o cotidiano do batedor do açaí e evidencia a maioria dos fatores identificados na presente pesquisa, em especial a origem dos fornecedores das rasas. Nesse sentido, é possível destacar também Ribeiro (2016) e Bezerra (2009) quando descrevem o espaço físico de trabalho do batedor do açaí, e a descrição dos autores é

coincidente com o que a pesquisa identificou, de forma especial os ativos que compõem o espaço da produção.

4.3. Consumo de recursos exógenos

Em relação aos recursos exógenos ao processo produtivo, embora os permeiem, é possível destacar o valor anual pago para a Prefeitura Municipal, o qual está em torno de R\$ 800,00 e que, diariamente, eles desembolsam R\$ 10,00 para que os caroços usados sejam descartados; nenhum atua como microempreendedor formalizado no programa do Governo da União denominado de Microempreendedor Individual (MEI).

O que a pesquisa identificou quanto aos aspectos externos ao processo produtivo, esses são descritos e caracterizados por (HOMMA et al., 2006; BEZERRA, 2009; RIBEIRO, 2016; ARAÚJO, 2017) portanto, a literatura ratifica existência de consumo de recursos externos ao processo produtivo, como o desembolso com a licença de funcionamento desembolsada para o Ente municipal e o valor pago para descartar o lixo decorrente da produção, em especial os caroços processados do açaí.

4.4. Custo de transação, custo de produção e o custo total

Tendo como ponto de partida os entendimentos de Barzel (1982) e North (2018), ao considerarem o desafio de mensurar os custos de transação, e que estes fazem parte dos custos de produção na composição dos custos totais do ponto de venda de açaí localizados no bairro do Guamá na cidade de Belém, Estado do Pará, esses serão mensurados e destacados conforme o Quadro 1 .

Quadro 1: Composição dos Custos de Transação

RECURSOS	VALOR TOTAL CONSUMIDO R\$	CÁLCULOS	CUSTO UNITÁRIO/DIÁRIO R\$
Taxa à Prefeitura	800,00/ano	800,00/365 dias	2,19
Descarte caroços	10,00/dia	10,00	10,00
Aluguel – Custo de oportunidade	1.000,00/mês	1.000,00/30 dias	33,33
Total dos CT.....			45,52

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O Quadro 1 mensura os Custos de Transação presentes em um ponto de açaí e, nesse sentido, recorre-se a Wang (2003), quando explica que os custos de transação na formulação

original de Coase (1937) tratam ao custo de usar os mecanismos de preço, de outra maneira, o custo de realizar uma transação por meio de uma troca com o mercado.

O aluguel mensal de R\$ 1.000,00 está sendo computado nos custos de transação, embora não ocorra o efetivo desembolso, e esse cômputo dá-se com base no entendimento de que as decisões empresariais exigem a medição dos custos econômicos que se baseiam no conceito de custo de oportunidade e esses custos incorporam não apenas o preço em dinheiro do bem, mas também o custos de transação para obter o bem (BENHAM; BENHAM, 2001; BESANKO et al., 2006).

Porém, na composição dos custos totais, existe os custos de produção e nesse sentido Fiani (2011) explica que todo e qualquer processo produtivo envolve transações e exemplifica que para produzir qualquer bem será necessário consumir materiais, contratar mão de obra, reconhecer a depreciação de máquinas, consumo de energia etc. E o bem depois de acabado será ainda necessário contratar distribuidores, transportadoras e essas contratações envolvem custos e esses são os custos de transação necessários a produção do bem.

Portanto, os custos de produção estão voltados ao caráter intrínseco das organizações como consumir materiais, contratar mão de obra, reconhecer a depreciação dos bens tangíveis, energia elétrica etc. (FIANI, 2011). Nesse sentido serão mensurados os custos de produção.

Quadro 2: Composição dos Custos de Produção

RECURSOS	VALOR TOTAL CONSUMIDO R\$	CÁLCULOS	CUSTO UNITÁRIO/DIÁRIO R\$
05 rasas de açai	R\$ 250,00	05 x 50,00= 250,00	250,00
Frete diário	R\$ 20,00		20,00
Diárias de batedores e auxiliares	R\$ 80,00		80,00
Consumo mensal de água	R\$ 400,00	400,00: 30dias=13,33	13,33
Consumo mensal de energia elétrica	R\$ 800,00	800,00: 30 dias=26,67	26,67
Depreciação bateadeira	R\$ 2.000,00	2.000,00: 96 meses (8 anos) : 30 dias x duas	1,39
Consumo de plásticos	R\$ 8,00/dia		8,00
Material de higiene	R\$ 200,00/mês	200,00: 30 dias	6,67
Uniformes	R\$ 80,00/ 6 meses	80,00: 6m =13,33:30 dias=0,44 x 3 trabalhadores	1,33
Luvas	R\$ 10,00 / 3 dias	10,00 : 3 = 3, 33	3,33
Depreciação dos móveis e utensílios	R\$ 5.000,00	5.000,00: 120meses = 41,66: 30 dias	1,39
Total dos Custos de Produção			412,11

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ao traduzir todos os custos incorridos no espaço físico ou no ponto de venda do açai para a unidade dia, encontrou-se o custo unitário diário de produção que somou R\$ 412,11 e ao ser somado com os custos de transação apurar-se-á o custo total de produzir o açai em um ponto de venda, conforme demonstra o Quadro 3 em seguida.

Quadro 3: Custo Total de Produção (Custo Transação + Custo de Produção)

CUSTO DE TRANSAÇÃO	CUSTO DE PRODUÇÃO	CUSTO TOTAL
R\$ 45,52	R\$ 412,11	R\$ 457,63
		: 100 litros por dia
Custo Unitário/litro		R\$ 4,57

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Além da reconhecida dificuldade de mensurar os custos de transação (ALCHIAN; DEMSETZ, 1972; BENHAM; BENHAM, 2001; BESANKO et al., 2006), o resultado apresentado no quadro 3 ratifica os entendimentos de North (2018), ao considerar que os custos de transação fazem parte dos custos de produção e nesse contexto precisa-se de um novo quadro analítico microeconômico.

4.5. Resultados considerados relevantes

Desta análise é possível destacar resultados que, para os autores são relevantes, em virtude das peculiaridades da atividade produtiva do vinho de açai, isto quando se estuda custos voltados ao agronegócio e, dentre eles :

I – Inicialmente a peculiaridade do empreendedor-batedor artesanal de açai que, como regra, à atividade é única fonte de renda da família, o processo de produção e venda do vinho envolve, de forma preponderante, dois familiares, ademais, face a peculiaridade do empreendimento estar situado no espaço doméstico, os trabalhos ocorrem ininterruptamente nos 30 dias do mês;

II – Os custos variáveis representados pela matéria-prima caroço do açai, este acondicionado em “rasa”, “paneiro” ou “basqueta” sofrem impactos da sazonalidade climática da Amazônia, de modo que no inverno, face a escassez do fruto, os custos aumentam e no verão, face à abundância, os custos diminuem. Esta realidade reflete diretamente no preço praticado pelo batedor;

III – Na composição dos custos totais de produção do vinho do açai, além dos custos internos de transformação, a pesquisa considera também os custos externos ou de transação,

de modo que a somatória destes custos forma o custo total de produção. Este entendimento possibilita maior acurácia na apuração dos custos;

IV – Ao apurar o custo do litro do açaí no montante de R\$ 4,57 admite-se, quando generalizado para todos os pontos de produção e venda de açaí, margem de erro, porém esta margem não é significativa que impeça apurar o ponto de equilíbrio do ponto de açaí, bem como a fixação do custo padrão para 1 litro produzido do referido vinho.

5. Conclusão

A questão que norteou a presente pesquisa foi de como mensurar os custos de transação na composição dos custos totais do ponto de açaí. Nesse sentido, buscou-se consultar gestores de pontos de venda de açaí atuantes na cidade de Belém, cujos dados colhidos pudessem responder questão.

Na busca de responder buscou-se também teorias que pudessem respaldar o que se tentava alcançar. Assim, a Teoria Institucionalista, acrescida a Teoria dos Custos de Transação e à Teoria dos Custos de Mensuração foram amplamente utilizadas, de modo que se obteve entendimentos quanto essa mensuração faz parte de desafiadora realidade.

Como resultado chegou-se que a mensuração dos custos de transação e há esse adicionado aos custos de produção chegou-se ao custo total de R\$ 4,57 por litro do vinho para uma produção diária de 100 litros em um ponto de açaí localizado no bairro do Guamá da cidade de Belém.

Entende-se ainda que a pesquisa tem eficaz contribuição quando o resultado apresentado possibilita muitas informações gerenciais, essas simples e eficazes na gestão de um ponto de açaí, como a possibilidade de se achar a informação voltada ao ponto de equilíbrio, o estabelecimento do custo padrão e outros artefatos gerenciais.

As contribuições desta pesquisa divulgada por meio de artigo acadêmico na revista Custos e @gronegocio *on line* entende-se pertinentes pelo fato de que este periódico tem por objetivo a publicação de trabalhos científicos produzidos a partir de enfoque específico que, no caso é o custo de produção e venda de 1 litro do vinho de açaí tendo como objeto o batedor artesanal atuante na Amazônia brasileira. Ademais, entende-se que o resultado é inovador para a comunidade acadêmica e, de forma especial, pela interface entre custos e o agronegocio.

Como limitação destaca-se variáveis incontroláveis como custo de aquisição da rasa e a formação do preço do litro no varejo, os quais obedecem a sazonalidade do clima

amazônico, pois na fase chuvosa que vai de dezembro a maio, face a escassez do fruto, o custo de aquisição e o preço de venda aumentam, e essa pesquisa foi realizada no período inicial do inverno amazônico.

Por fim sugere-se novas pesquisas em outras atividades econômicas, no sentido de buscar apurar custos ao considerar como composição dos custos totais não somente os custos endógenos de produção, mas também os custos exógenos de transação.

6. Referências

ALCHIAN, A. A.; DEMSETZ, H. Production, information costs and economic organization. *American Economic Review*. v. 62, p. 777-795, 1972.

ARAÚJO, D. do. N. As perspectivas de competitividade dos batedores artesanais de açaí com selo 'açaí bom'. In: SIMPÓSIO SOBER NORTE, 1., 2017. *Anais...* Belém: SOBER, 2017.

ARROW, K. J. The organization of economic activity: issues pertinent to the choice of market versus nonmarket allocation. In: The Analysis and Evaluation of Public Expenditures: the PBB System, *Joint Economic Committee Compendium*, 91st Congress, 1st Section, v. 1. Government Printing Office: Washington, D.C., 1969.

AZEVEDO, P. F. *Integração Vertical e Barganha*. Tese (Doutorado em Economia) – Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996.

BARNEY, J. B.; HESTERLY, W. Economia das Organizações: entendendo a relação entre as organizações e a análise econômica. In: FUSCHER, T. (org.). *HandBook de estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2014.

BARZEL, Y. Measurement cost and the organization of markets. *The Journal of Law and Economics*, v. XXV, p.27-48, apr. 1982.

BENHAM, A.; BENHAM, L. Measuring the costs of exchange. In: Annual Conference of the International Society for the New Institutional Economics, v. 2, France, 1998.

_____. The Costs of Exchange. *Ronald Coase Institute Working Papers*, n. 1. 2001. Disponível em: <http://www.coase.org/workingpapers/wp-1.pdf>. Acesso em 25 dez. 2019.

_____. The costs of Exchange: An approach to measuring transactions costs. In: *Annual Conference of the International Society for the New Institutional Economics*, 8., Tucson, Arizona, 2004.

BESANKO, D. et al. *A Economia da Estratégia*. 3ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2006.

CALEMAN, S. M. de Q. et al. Mecanismos de governança em sistemas agroalimentares-Um Enfoque Nos Custos de Mensuração. *Revista de Economia e Agronegócio*. v. 4, n. 2, p. 219-240, 2006.

COASE, R.H. The nature of the firm. *Economica*. v. 4, p. 386-405, 1937.

_____. O problema do custo social. *Journal of Law and Economics*. n 3, p. 1-44, 1961.

_____. *The Firm, the Market and the Law*. University of Chicago Press, 1988.

COLLINS, B. M.; FABOZZI, F. J. A methodology for measuring transaction costs. *Financial Analysts Journal*, v. 47 n. 2, p. 27-36, 1991.

CRESWELL, J.W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FIANI, R. *Cooperação e Conflito: instituições e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FURUBOTN, E. G.; RICHTER, R. *Institutions and Economic Theory: the contribution of the new institutional economics*. Michigan: Ann Arbor; The University of Michigan Press, 1998.

GEREFFI, G.; FERNANDEZ-STARK, K. *Global value chain analysis: a primer*. Center on Globalization, Governance & Competitiveness (CGGC). Durham: Duke University, 2011.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5ª edição. São Paulo: editora Atlas, São Paulo, 2010.

GROVER, V.; MALHORTA, M. Transaction cost framework in operations and supply chain management research: theory and measurement. *Journal of Operations Management*. v. 21, n. 4, p. 457-473, 2003.

HOMMA, A. K. O. et al. *Açaí: Novos Desafios e Tendências*. Belém, 2006. 23 p. Disponível em: https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/Repositorio/AcaiDesafiosTendencias_000gbz49ms202wx5ok01dx9lcbdi7gww.pdf. Acesso em: 4 dez. 2019.

KLEIN, B. Fisher-General Motors and the nature of the firm. *Journal of Law and Economics*, Chicago, v.43, n.1, p.105-141, apr. 2000.

MARTINS, E. *Contabilidade de Custos*. 9ª ed. São Paulo, ed. Atlas, 2009.

NORTH, D.G. *Instituições, Mudança Institucional e Desempenho Econômico*. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

RIBEIRO, F.R. História e memória: uma história dos trabalhadores do açaí. In: Encontro Estadual da ANPUH/AP, 1., Jornada Internacional de estudos de História da Amazônia, 1., 2014, Macapá/AP. *Anais...*, Macapá/AP: ANPUH/AP, 2014.

SILVA, H. *Socialização da natureza e alternativas de desenvolvimento na Amazônia Brasileira*. Tese (Doutorado em Economia), Belo Horizonte: Cedular/UFMG, 2017.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Halder, 1967.

SCHMID, A. A. *Conflict and cooperation*. Malden, Massachusetts: Blackwell Publishing, 2004.

SUGDEN, R. Spontaneous order. *Journal Economic Perspectives*, v.3. n. 4, p.85-89, 1989.

WANG, N. *Measuring transaction costs: an incomplet survey*. Chicago: The Ronald Coase Institute Working Paper 2, 2003. Disponível em: <http://www.coase.org/workingpapers/wp-2.pdf>. Acesso em 30 out. 2019.

WILLIAMSON, O. E. *Markets and hierarchies: analysis and antitrust implication*. New York: Free Press, 1975.

_____. *The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracts*. New York: The Free Press, 1985.

_____. *The Mechanisms of Governance*. New York: Oxford University Press, 1996.

ZYLBERSZTAJN, D.; GRAÇA, C. T. Costs of business formalization: measuring transaction costs in Brazil. In: Annual Conference of the International Society for the New Institutional Economics, v. 6, Cambridge, Massachusetts. 2002.

_____, Costs, Transactions and Transactions Costs: Are there simple answers for complex questions? *Working Paper*, n. 3/006. São Paulo: Universidade de São Paulo - Faculdade de Economia e Administração, fev. 2003.

_____; MACHADO FILHO, C. P.; SPERS, E.; NOGUEIRA, A. C. L. Contracting in weak institutional environment: genetic modified organisms in Brazil. In: World Food and Agribusiness Congress, 15. 2005, Chicago. *Anais eletrônicos...* Disponível em: [http/ / www.ifama.org](http://www.ifama.org). Acesso em: 12 dez. 2019.